

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult**

Assembleia Fiscaliza 2022 – 2º Ciclo

— 14/12/2022 —





Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2022, no âmbito do segundo ciclo do Assembleia Fiscaliza 2022

Reunião conjunta das Comissões:

- Desenvolvimento Econômico
- Cultura
- Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia

Presidente da reunião: deputado Bosco

Data: 14/12/2022

Horário: 9h

Local: Auditório José Alencar — Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Endereço:

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

I – Apresentação

Em 14/12/2022, a Comissão de Cultura, a Comissão de Desenvolvimento Econômico e a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia receberam Leônidas Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente a 2022, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de novembro.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique [aqui](#), ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: [almg.gov.br >> Acompanhe >> Eventos >> Assembleia Fiscaliza](#).

II – Presenças

Comissão de Desenvolvimento Econômico: Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Fábio Avelar.

Comissão de Cultura: Deputados Bosco e Mauro Tramonte.

Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia: Deputados Mauro Tramonte, Cel. Henrique e Dalmo Ribeiro Silva.

Outros deputados presentes: Deputadas Beatriz Cerqueira, Leninha e Celise Laviola.

Representantes do Poder Executivo: Leônidas Oliveira – secretário de Estado de Cultura e Turismo.

III – Temas discutidos

Apresentação das ações executadas no âmbito do programa Descentra Cultura:

- realização de investimentos com recursos do Fundo Estadual de Cultura nos programas Restaura Minas, para manutenção de telhados e calhas de casarões tombados; Exibe Minas, para fomento do audiovisual no Estado; e financiamento de projetos para o desenvolvimento da rota turística Via Liberdade;
- aumento de 46% do número de projetos autorizados a captar recursos da Lei de Incentivo à Cultura em 2022, em relação a 2021;
- realização de diversas ações de capacitação na área da cultura, com destaque para as destinadas a capacitar gestores municipais com o objetivo de incentivar a criação de Sistemas Municipais de Cultura;

- principais ações da Empresa Mineira de Comunicação – EMC –, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha –, da Fundação Clóvis Salgado – FCS – e da Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop: lançamento do “Selo Cidade Amiga do Audiovisual”, para fomentar o setor no Estado; implantação do sinal digital em 253 municípios e lançamento de canal de *streaming* da EMC; expansão do número de municípios participantes do ICMS Patrimônio Cultural para 835; realização do tombamento híbrido de Santana dos Montes, integrando a proteção dos bens materiais e imateriais do município; execução do projeto Afromineiridade, com a identificação de 387 terreiros e casas de religiões de matriz africana; apresentação das atividades culturais da FCS, com destaque para a realização da ópera Aleijadinho; parcerias da Faop para ações de preservação e restauro, artes e ofícios em diversos municípios, em especial, a oferta de cursos profissionalizantes de conservação e restauro de bens culturais, em articulação com a Secretaria de Estado de Educação.

O secretário defendeu a necessidade de continuidade da discussão e tramitação do Projeto de Lei nº 2.976/2022, que altera a Lei nº 22.944, de 15 de janeiro de 2018, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências, para possibilitar a desconcentração dos recursos da Pasta, ampliar o potencial de incentivadores dos projetos culturais, incluindo a participação de pequenas empresas do interior, e flexibilizar os requisitos de participação das comunidades tradicionais nos editais de fomento.

O Gestor pontuou, ainda, a necessidade de democratização da grade de programação da Rede Minas, de modo a melhor refletir a diversidade cultural do Estado. Frisou também a importância de se ampliar a oferta de capacitação para a restauração e conservação de bens culturais no Estado pela Faop, dado o alto custo para a preservação do patrimônio material, o reduzido número de profissionais habilitados para esta atividade no Estado e o fato de Minas Gerais ser o Estado que concentra o maior número de bens culturais protegidos do país.

Os parlamentares demandaram providências para aumentar o financiamento destinado às manifestações da cultura tradicional, a elaboração de um catálogo/calendário para identificar e divulgar festas populares e o fortalecimento do programa afromineiridade, para maior inclusão dos povos de terreiro nas políticas públicas estaduais, com busca ativa a ser feita pela secretaria para um mapeamento mais efetivo. Outros temas bordados foram a omissão do governo para o tombamento definitivo da Serra do Curral e a falta de retorno da Empresa Mineira de Comunicação a respeito da situação dos seus trabalhadores, tendo em vista as reivindicações deste segmento debatidas em reunião da Comissão de Administração Pública desta Casa em maio de 2022.

Apresentação dos resultados do programa Reviva Turismo:

- superação da meta de geração de 100 mil empregos na Economia Criativa, com recorde de prestadores de serviços inscritos no Cadastur, e aumento de 70% da receita turística do Estado;
- investimento de R\$5 milhões no projeto Minas para Minas, Minas para o Mundo para a comercialização, promoção, estruturação e ordenamento turístico com o objetivo de fortalecer a internacionalização da promoção do turismo em Minas Gerais.
- realização de atividades de divulgação internacional do Estado no contexto da comemoração do bicentenário da independência do Brasil;
- criação de cinco novas rotas aéreas no Estado;
- aumento de 48% no número de pousos, decolagens e número de passageiros, em comparação em 2021;
- aumento de 63,5% no fluxo de rodoviária de Belo Horizonte;
- aumento da ocupação hoteleira no interior do Estado e na Capital, neste último caso devido a eventos culturais, como festivais de música;
- atração de cadeia hoteleira de alto padrão para o Estado;
- recorde de inscrição de municípios no ICMS Turístico, tendo sido repassados cerca de R\$ 12 milhões para os municípios;
- realização do Natal da Mineiridade em Belo Horizonte e aproximadamente duzentos municípios, com a realização de cerca de 3.000 atividades;
- revitalização do turismo em Capitólio.

O secretário defendeu a transversalidade do turismo com a cultura como característica importante do setor no Estado e, portanto, estratégico para a atração do público para Minas Gerais. Segundo ele, este fator permitiu ao Estado alcançar a marca de segundo destino turístico brasileiro mais pesquisado e o que conta com o maior número de municípios no Mapa do Turismo Brasileiro. Também destacou a importância da gastronomia mineira e especialmente do queijo artesanal, cujas recorrentes premiações em eventos internacionais têm sido, segundo ele, responsável pela mudança do perfil de turistas estrangeiros no estado, hoje provenientes especialmente dos Estados Unidos da América, Portugal, França, Reino Unido e Alemanha.

A maioria dos parlamentares presentes parabenizaram o secretário pela condução da Pasta e manifestaram apoio à criação de uma comissão permanente de turismo e gastronomia nesta Casa. Demandaram a criação de um portfólio de indicações de ações da cultura e do turismo para destinação de emendas parlamentares e reivindicaram diminuição do valor mínimo exigido pela Secretaria de Governo para a indicação de

emendas parlamentares para custeio de eventos. Segundo informado pelos próprios deputados, o valor mínimo dessas emendas seria de R\$90 mil, o que extrapola a necessidade de pequenos eventos realizados no interior do Estado.

Os parlamentares reivindicaram também a regulamentação da Lei nº 23.763, de 6/1/2021, que institui a política estadual de turismo de base comunitária. Sobre esse tema, o gestor pontuou que 25% dos empregos gerados nos últimos anos em Minas Gerais foram na cadeia do turismo e com isso defendeu a importância do TBC, tanto para a comunidade quanto para o turismo, na oferta de experiências autênticas. Informou que a Secult instituiu grupo de trabalho para regulamentação da lei e reforçou a necessidade de recursos, inclusive de emendas, para estruturação desses produtos e destinos, possivelmente em parceria com o Sebrae.

Por fim, questionado sobre a situação do Plano Mineiro de Turismo, o secretário informou que está em plena execução e ressaltou a importância da gastronomia para o turismo nesse contexto.

IV – Compromissos e encaminhamentos

Compromissos e posicionamentos do Poder Executivo

- Democratização da grade de conteúdo da Rede Minas.
- Abertura para o diálogo a respeito do Projeto de Lei nº 2.976/2022, que altera a Lei 22.944, de 15/1/2018, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências
- Regulamentação da Lei nº 23.763, de 2021, que institui a política estadual de turismo de base comunitária – TBC.

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

RQN 12.564/2022: pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para atender as demandas apresentadas na 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública, por meio dos Requerimentos nºs 11.154/2022, 11.155/2022, 11.156/2022, 11.157/2022, 12.251/2022, 12.305/2022 e 12.306/2022.

RQN 12.565/2022: pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – com vistas ao tombamento das Festas de Agosto e das Festas de Santos Reis do Município de Montes Claros.

RQN 12.566/2022: pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para incluir e priorizar, no Plano Mineiro de Turismo, ações de turismo de base comunitária, conforme estabelece a política estadual de turismo de base comunitária, instituída pela Lei nº 23.763, de 6/1/2021.

RQN 12.567/2022: pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para a publicação de decreto de regulamentação da Lei nº 23.763, de 6/1/2021, que instituiu a política estadual

de turismo de base comunitária, tendo em vista a importância dessa política pública para a população de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2022.

Deputado Bosco

Presidente da Comissão Cultura